

Tratamento com fitoterápicos aumenta na rede pública de saúde

Parte da tradição popular brasileira, o uso de plantas para tratar problemas de saúde também é oferecido pelo SUS, apesar de ser visto com reserva por alguns pesquisadores. A procura entre 2014 e 2016 cresceu 160%

Reportagem: Guilherme Oliveira
Edição: Maurício Müller

A PROCURA POR remédios naturais no sistema público de saúde do Brasil está em alta. No décimo aniversário da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, em 2016, o Ministério da Saúde estimou que a quantidade de pessoas que buscaram os tratamentos à base de plantas havia crescido mais de 160% em dois anos.

A política abriu as portas da oficialidade para os medicamentos fitoterápicos — aqueles produzidos diretamente a partir de plantas — e também para o costume de usar a flora no tratamento de problemas de saúde. Muito ligado à tradição popular brasileira, o costume foi codificado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e incorporado ao receituário do Sistema Único de Saúde (SUS), com boa receptividade.

Plantas

Apesar de o uso de medicações alopatícas ainda ser dominante, a busca por tratamentos naturais tem se intensificado, segundo a agrônoma Hellen Santana, que faz pesquisas com plantas medicinais há 12 anos e ministra cursos sobre uso e cultivo no Instituto Oca do Sol, em Brasília. Além das políticas públicas, ressalta, há mais estudos na área, o que amplia a segurança no aproveitamento das ervas e desperta no cidadão a confiança para trocar os produtos da farmácia convencional por extratos e compostos vegetais.

Para Hellen, a tendência é importante para superar o que chama de “uso inconsequente” dos alopatícos.

— É claro que eles têm o seu valor, mas sabemos de todos os efeitos colaterais que existem. Em muitos casos, dá para dispensar. Há situações e sinto-

mas que não precisam [desses remédios], podemos tratar com plantas.

Hellen também acredita que a disseminação das terapias naturais pode impulsionar um ciclo virtuoso: quanto mais as pessoas estejam dedicadas a descobrir o potencial preventivo e curativo das plantas medicinais, mais incentivo haverá para que pesquisadores e empresas direcionem esforços para a área.

— Valorizo muito a tradição oral. Começa-se a pesquisar uma planta a partir de um uso popular, porque é inviável economicamente estudar do nada.

Responsável pela fiscalização do setor, a Anvisa mantém uma compilação de plantas e suas diversas utilidades, formas de aproveitamento, posologias e contraindicações: a *Farmacopeia Brasileira*. O documento serve de base para Hellen nos cursos. Ela adverte que a medicação natural não deve ser considerada inofensiva e que as experiências pessoais podem e devem variar. Portanto, é preciso cautela e pesquisa.

— É um pontapé para a pessoa despertar e começar a usar, mas não acaba aí. O estudo é infinito. Se você tem vontade de se tratar mais, ou tratar outros, tem que buscar conhecimento.

Projeto

Outra entusiasta do uso de plantas para o tratamento da saúde é a senadora Regina Sousa (PT-PI). Ela é relatora do PLS 353/2017, que pode estabelecer incentivos para o cultivo doméstico de vegetais com propriedades médicas.

— Incentivo as pessoas a saírem da mentalidade de “remédio na farmácia para qualquer coisa”. Acredito muito no saber tradicional, que é a primeira fonte para a pesquisa e a indústria.

O projeto trata de agricultura urbana sustentável. Segundo o texto, diversas modalidades de



Vendidas em feiras por todo o país, ervas, raízes e sementes são usadas por muitos como plantas medicinais e sempre fizeram parte da cultura popular brasileira

cultivo nas cidades (entre os quais o de plantas medicinais) poderão fazer jus a vantagens como benefícios fiscais, crédito, assistência técnica, capacitação e aquisição governamental da produção.

Para Regina, a disseminação do cultivo dessas plantas tem vantagens que vão além da seara da saúde: também pode ajudar na otimização do uso do solo urbano.

— Importante no projeto é a ocupação de terra ociosa. Em certas áreas, como embaixo de linhas de transmissão, não se pode construir, mas se pode cultivar. Nelas as pessoas podem produzir e gerar renda e emprego — defende.

A senadora explica que a concessão dos incentivos pode ser subordinada a critérios de rigor científico e de comprovação de efetividade das plantas e também a uma fiscalização específica. Os detalhes ficarão a cargo de uma regulamentação posterior, provavelmente em níveis estadual e municipal. Porém, segundo ela, como já existe reconhecimento e normatização dessas práticas pela Anvisa e pelo SUS, já há um ponto de partida institucional para guiar a regulamentação futura.

O projeto, que é de autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), já está pronto para votação na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Depois, passará pela

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde terá votação final.

Rigor

A destinação de recursos e incentivos públicos para o uso de tratamentos fitoterápicos é um tópico que suscita alguma cautela. O costume dos chás, xaropes e emplastos caseiros pode ter a seu favor o teste do tempo e o filtro da tentativa e erro, mas nem sempre atravessa as barreiras científicas que levam à medicina formalizada.

A incorporação de plantas medicinais pelo SUS é vista com reservas pela pesquisadora do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, a

bióloga Natalia Pasternak. Ela é fundadora do Instituto Questão de Ciência, organização voltada à divulgação científica.

Para a pesquisadora, o uso pessoal e o compartilhamento comunitário de tratamentos com plantas medicinais são práticas protegidas pela liberdade individual, mas a inclusão no cardápio do sistema estatal de saúde é uma discussão à parte. A formulação de políticas públicas, argumenta ela, não deve se condicionar ao embasamento empírico.

— Quando você coloca no sistema público práticas que não têm respaldo científico, está usando dinheiro coletivo de forma inadequada. Os recursos arrecadados [da população] devem ser direcionados prioritariamente para o que tem evidências.

A bióloga explica que produtos fitoterápicos que não passaram pelas devidas provas de laboratório que caracterizam os remédios não possuem garantia de eficácia ou de segurança. Isso não significa que qualquer uso seja necessariamente inócuo ou perigoso, mas a chance será maior do que com um remédio verificado cientificamente.

— Temos que testar como [as plantas] interagem com outros medicamentos, qual é a dose que funciona, se são seguras para gestantes, crianças, idosos. O produto fitoterápico não foi



Fonte: Portal Brasil/Ministério da Saúde



Tavares lamenta a falta de crédito e investimento em pesquisa no setor



Natalia: políticas públicas não devem se condicionar ao embasamento empírico

testado para nada disso. Pode ser que funcione, afinal princípios ativos são extraídos da natureza, mas a informalidade sempre vai apresentar um risco — argumenta.

O risco, destaca a cientista, todos têm o direito de correr individualmente. Por isso, não se pode extrapolar para o foro privado as restrições que são necessárias sobre as ações do poder público.

— Seria um absurdo a pessoa ser fiscalizada em sua própria casa. Se ela quiser se tratar com os fitoterápicos de que gosta, deve ter todo o direito. Só não se pode confundir isso com o sistema público — completa.

Remédios

A preocupação científica se concentra sobre as plantas medicinais em natureza e os produtos diretamente extraídos delas. Em situação diferente se encontram os medicamentos fitoterápicos desenvolvidos em laboratório. São remédios que têm como ponto de partida as plantas, mas que passam por todas as etapas requeridas para os medicamentos alopatícos comuns.

Os fitoterápicos são, portanto, remédios formalizados, conforme explica a professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Maria Thereza Gamberini.

— Considera-se medicamento desde que exista validação de

eficácia, segurança e reprodutibilidade de efeitos. Se o medicamento já está na farmácia, essas informações já estão estabelecidas.

Etapas

O processo para consolidar um remédio é longo. Começa com testes pré-clínicos, que envolvem experimentação em animais de crescente complexidade genética. Dependendo dos resultados farmacológicos e toxicológicos, passa-se, então, aos testes clínicos, em que se verifica a aplicação em humanos. Apenas depois disso é que se pode pensar em comercializar.

No Brasil, a conclusão desses passos pode levar de 10 a 15 anos, segundo Maria Thereza. De acordo com ela, a valorização da comprovação científica sinaliza um grande potencial para os fitoterápicos. De fato, a pesquisa na área é forte no país. Entretanto, o volume de produção ainda decepciona.

— Ficamos aqui do que poderíamos. As indústrias farmacêuticas não têm uma filosofia de desenvolvimento de novos medicamentos. Elas priorizam a comercialização de princípios ativos que vêm do exterior, só colocados em forma farmacêutica para venda — lamenta.

Essa atitude significa “deixar dinheiro na mesa”, conforme o professor de ciências farmacê-



Para Regina, o saber tradicional é a primeira fonte para a pesquisa e a indústria

tics e ex-reitor da Universidade Federal do Amapá (Unifap) José Carlos Tavares.

— O tempo a ser gasto na pesquisa de um fitoterápico é menor do que no remédio sintético. Em termos de lucro, nem se compara. É um mercado aberto, principalmente quando tem uma característica totalmente nova. Fitoterápicos que vieram do exterior, a partir de plantas europeias, estão ganhando muito dinheiro.

Tavares lamenta a falta de investimento e crédito voltados para o desenvolvimento do setor. Também destaca a necessidade de uma formação profissional que valorize os produtos fitoterápicos. Ele afirma que existe demanda social, mas ela ainda precisa ser mais bem atendida pela comunidade médica.

— Muitas vezes o camarada tem na cabeça apenas o chadinho da feira. Fitoterapia não é isso. Já está extremamente desenvolvida, em alguns países é a primeira opção. Observamos os medicamentos novos nos congressos e sempre tem algum à base de planta sendo introduzido — alerta o pesquisador.

Direito

Um estudo da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, divulgado no início deste mês, estima que a vida orgânica da biodiversidade brasileira tem uma “atividade econômica” anual equivalente a R\$ 12 bilhões. Isso significa que a instrumentalização inteligente do potencial natural do Brasil representaria uma significativa injeção de ganhos para o país.

Mas as ferramentas para aproveitar o potencial ainda são tidas como insuficientes. O país tem uma legislação de proteção ambiental considerada avançada, começando pela Constituição de 1988 e chegando ao Marco Legal da Biodiversidade, de 2015. Entretanto, faltam

De acordo com ele, o país também deveria acentuar esforços para garantir que empresas estrangeiras que exploram a biodiversidade brasileira promovam distribuição de lucros e compensação a populações locais. Outra medida importante, afirma, seria a criminalização mais severa de tentativas de contrabando.

Saiba mais

Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos — Ministério da Saúde
• <http://bit.ly/PoliticaFitoterapicos>

Farmacopeia Brasileira — Anvisa
• <http://bit.ly/FormFitoterapicos>
• <http://bit.ly/MementoFitoterapico>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Como e para quê são usados

| PLANTA | PARTES USADAS | INDICAÇÕES | FORMAS | CONTRAINDICAÇÕES |
|------------------|-----------------|---|--|---|
| Alecrim | flores, folhas | anti-inflamatório, antisséptico | gel, infusão, sabonete, tintura | Bebês, diabéticos, gestantes, lactantes, alérgicos |
| Babosa | gel das folhas | cicatrizante, queimaduras | gel, pomada | alérgicos |
| Barbatimão | cascas | cicatrizante | creme, pomada | quando há necessidade de drenar líquido |
| Boldo | folhas | indigestão | comprimido, infusão | crianças, gestantes, lactantes, pacientes com problemas nas vias biliares ou no pâncreas, pacientes de hepatite |
| Calêndula | flores | anti-inflamatório, antisséptico, cicatrizante | creme, extrato fluido, gel, infusão, pomada, tintura | alérgicos, crianças, gestantes, lactantes |
| Camomila | inflorescências | anti-inflamatório, ansiolítico, sedativo | comprimido, extrato fluido, infusão | alérgicos, gestantes |
| Equinácea | raiz | resfriados | comprimido, pulverização | alérgicos, crianças, gestantes, pacientes de esclerose ou tuberculose, soropositivos |
| Erva-de-são-joão | planta inteira | antidepressivo | comprimido, tintura | alérgicos, crianças, gestantes, lactantes, pacientes em episódio de depressão grave |
| Garra-do-diabo | raízes | dores articulares, lombalgia | comprimido | adolescentes, alérgicos, crianças, gestantes, lactantes, pacientes de cálculo biliar |
| Gengibre | raízes | enjoo, indigestão | comprimido, extrato fluido, infusão, tintura | crianças, pacientes de cálculo biliar, irritação gástrica ou hipertensão |
| Ginkgo | folhas | distúrbios circulatorios, vertigens | comprimido | alérgicos, crianças, gestantes, lactantes |
| Goiabeira | folhas e ramos | diarreia, inflamação no intestino | comprimido, infusão | alérgicos |
| Maracujá | folhas e frutos | ansiolítico, sedativo | cápsula, extrato fluido, planta in natura, tintura | gestantes, pacientes em tratamento com depressores e sedativos |
| Unha-de-gato | cascas | anti-inflamatório | comprimido, ferverva, extrato fluido | gestantes, lactantes |
| Valeriana | raízes | distúrbios de sono, sedativo | comprimido, extrato, tintura | alérgicos, crianças, gestantes, lactantes |